Ideias económicas do diplomata Sebastião José de Carvalho e Melo

Autor(es): Marcos, Rui de Figueiredo

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39778>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-2_19

Accessed : 26-Apr-2023 16:29:22

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo II

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

IDEIAS ECONÓMICAS DO DIPLOMATA SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO

1. Em análise vai estar o pensamento económico de Sebastião José de Carvalho e Melo na fase diplomática da sua carreira. Iniciou-a em 1738, na condição de enviado extraordinário à Corte Inglesa de Jorge II. Em Londres e em Viena, moldou e entreteceu uma certa *forma mentis* que sempre o haveria de acompanhar. Mais parecia uma tintura viva que só prometia sair se levasse consigo o todo.

Homem estudioso e aplicado, Sebastião José não se apresentava como um simples alvitrista. Uma figura muito em voga no seu tempo e cuja suficiência se bastava em soltar opiniões avulsas sobre os mais diversos assuntos e de um modo não raro desconcertante. Ao invés, o famoso diplomata português, em múltiplas ocasiões, revelava um pensamento estruturado e coerente em matéria económica e financeira. A exposição a que nos devotaremos centra-se nas ideias que irradiam de um manuscrito praticamente inédito existente, em Londres, no Museu Britânico ¹.

2. O estudo dos inúmeros escritos de Sebastião José constitui um exercício de paciência tremendo. Pondo ao serviço de uma informação minuciosa e torrencial um estilo

¹ Ver *British Museum, additional manuscripts*, 20804, fls. 1 e segs.

prolixo, não raras vezes desvaria o leitor mais devoto. Compreende-se que o zelo severo de um relato fidedigno ou a intenção de destacar certos pontos de vista o levasse a desordenadas repetições e a entediantes desenvolvimentos. Mas o pouco esmero da pena deve ter implicado um efeito contra-producente nos destinatários. Ofícios seus aborreciam de morte D. João V que os chegava a mandar resumir por os achar demasiado extensos. Os também longos memoriais, cheios de notas de tratadistas, com que fustigava o Duque de Newcastle valeram-lhe, muito provavelmente, o epíteto de enviado letrado ². Isto não passa, todavia, de um simples defeito expositivo que não desfigurava o merecimento intrínseco das reflexões que apresentava ³.

Embora deixe oculta uma investigação alargada que se teve de realizar entre os manuscritos pombalinos, o estreito horizonte deste trabalho não admite a análise de toda a sorte de ofícios que Sebastião José expediu para a pátria. Vamos cingir-nos àqueles que definem a sua compreensão das Companhias privilegiadas. De Londres, o primeiro escrito de fôlego que encerra as teses económicas fundamentais do diplomata é, sem margem de dúvida, a «Relação dos Gravamens» que encaminhou a Lisboa em 1741 ⁴. Não aborda a

² Vide SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, *Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*, selecção, leitura, introdução e notas de JOSÉ BARRETO, Lisboa, 1986, na introdução de JOSÉ BARRETO, págs. XXIII e XXV.

³ Num extenso escrito de 19 de Fevereiro de 1742, o diplomata acaba por se justificar, dizendo que se o ofício fosse decisório, em muito menos palavras poderia expressar-se. Mas, como a sua competência se resumia a informar o rei, tornava-se de indispensável preceito enriquecer os relatórios com todas as circunstâncias aclaradoras das matérias em apreciação.

⁴ Com o título completo de «Rellação dos Gravames que ao comercio e vassallos de Portugal se tem inferido e estão actualmente inferindo por Inglaterra, com as infracções que dos pactos reciprocos se

questão das Companhias, mas serve-lhe de pano de fundo, na medida em que revela um certo entendimento do mundo do trato ⁵. Pretextada por instrução que recebera da Corte, denunciava o estado de desequilíbrio do comércio luso-britânico e a manifesta falta de reciprocidade de tratamento dos portugueses em Inglaterra, que ilustrava através de um interminável inventário de vexações. Não entraremos em comentários já produzidos sobre a «Relação dos Gravames».

3. Não é com as listagens da bibliografia londrina de Sebastião José que pretendemos asseverar o seu grau de entendimento em matéria económica. Essa avaliação não prescinde das percepções da lavra do próprio. Há pois que fazer ressaltar textos denunciativos das tendências conformadoras do autor. Limpidamente, elas descortinam-se nas duas peças capitais que produziu a respeito da criação de uma Companhia Oriental para o comércio da Índia, em cujo projecto esteve envolvido. De extensão e quilate jurídico muito desiguais, a primeira provinha de Londres e a segunda

tem feito por este segundo reyno assim nos actos de parlamento que publicou como nos costumes que stableceo e nos outros diverços meynos de que se servio para fraudar os tratados do comercio entre as duas nações» acha-se o original na B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 635, fls. 203 e segs. Está transcrito na obra SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, *Escritos económicos de Londres*, cit., págs. 33 e segs. No Museu Britânico, encontra-se uma versão breve intitulada «Summario, em que se contem a substancia, da Dissertação sobre os Gravames, que ao Commercio de Portugal se tem inferido pelo Parlamento, e Vassalos de Inglaterra, feito por Sebastião José de Cavallo e Mello; feito na Corte de Londres no anno de 1740». *Vide British Museum*, add. ms. 15592, fls. 2 e segs.

⁵ Neste sentido, afigura-se de particular interesse a reflexão primeira da «Relação dos Gravames» em que Sebastião José enuncia as máximas gerais do comércio que presidiam ao espírito da nação inglesa. *Vide* Relação dos Gravames, reflexão primeira, §§ 1 a 22, in *loc. cit.*, págs. 36 e segs.

de Viena de Áustria, já numa altura em que perdera as rédeas da ideia. Separados por seis anos, correspondem aos dois momentos mais acesos da proposta. Impõe-se esclarecer os meandros de cada um.

Em 19 de Fevereiro de 1742, o diplomata resolveu enviar ao Cardeal da Mota uma carta em que pugnava pela formação de uma Companhia Oriental ⁶. Várias circunstâncias o moveram a tomar essa atitude. Desde logo persuadira-se dos benefícios irrecusáveis da iniciativa. As comodidades que os vastos domínios portugueses facultavam à navegação podiam transformar o nosso país numa potência marítima pela via do comércio. Tudo aconselhava que se gizasse uma sociedade que iria desencadear fluxos económicos de maior proveito. A par do tráfego fértil que suscitaria entre a Europa e o Oriente, geraria uma poupança nacional importante ao arrebatado das mãos de estrangeiros a introdução das fazendas da Índia. E, por sua vez, os géneros daí oriundos alimentariam uma outra poderosa rota comercial com as colónias ultramarinas de que tínhamos o senhorio absoluto ⁷. De tal modo que o resultado final coenvolveria, a um tempo, a entrada de capitais e o estancar da sua sangria.

A afoiteza desta exposição de motivos não toldava um certo calculismo político. Perante a complacência do gabinete de Robert Walpole, as recentes investidas dos maratas a praças portuguesas com o presumido apoio da Companhia inglesa

⁶ A carta de 19 de Fevereiro de 1742 está encerrada no Cód. 657 da *Colecção Pombalina* pertencente à Biblioteca Nacional, a fls. 61 e segs. Para uma mais fácil consulta, ver SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, *Escritos económicos de Londres*, cit., págs. 133 e segs. As citações, na ausência de outra indicação, respeitam ao manuscrito da Biblioteca Nacional.

⁷ *Vide* B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 657, fl. 61 e v.; SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, *Escritos económicos de Londres*, cit., pág. 133.

das Índias Orientais estavam ainda bem vivas ⁸. A Sebastião José, para todos os efeitos um noviço no *cursus honorum*, oferecia-se uma excelente ocasião de dourar o prestígio do seu nome junto da Corte. Em especial, apropositou também o ensejo patriótico o facto de haver travado contacto estreito com um cidadão britânico de grande experiência no giro da Ásia e que se dispunha a ajudar o governo de Lisboa no estabelecimento da Companhia.

De nome Cleland, a crer no retrato que dele traçou Sebastião José, não pertencia à classe dos comuns arbitristas. Homem probo, desempenhara durante anos os cargos de secretário principal do Estado de Bombaim, superintendente dos domínios da Companhia das Índias Orientais e juiz do Almirantado. O exercício dos lugares transmitiu-lhe um saber miúdo do comércio da Índia, constituindo-o na condição de perito no que tocava à prática da exportação de produtos em portos do Oriente e costas da África. A isto aliava o não despreciando requisito de possuir «humam amplissima colecção

⁸ Lembra-se que os maratas haviam tomado a ilha de Salsete. A Inglaterra escusara-se sempre com evasivas ao pedido de socorro que Portugal lhe formulara em 1738. Sob a pressão mais ou menos velada da Companhia das Índias Orientais, fracassaram irremediavelmente as instâncias diplomáticas de Marco António de Azevedo Coutinho, primeiro, e de Sebastião José de Carvalho e Melo, depois. *Vide* JOSÉ BARRETO, *op. cit.*, págs. XII e seg. Sobre o socorro de Salsete encontram-se várias cartas no *British Museum*, add. ms. 20799.

Do episódio dos maratas que adquiriram munições aos feitores de Bombaim, Sebastião José, conforme anos depois escreveu em Viena, retirou duas ilações que entendeu não dever calar. *Primo*, a ligação do ministro britânico aos directores da Companhia Oriental inglesa inviabilizava qualquer auxílio que beliscasse interesses mercantis. *Secundo*, a coroa portuguesa teria de conservar o Estado da Índia com recurso às suas próprias forças, pelo que aconselhava a fundação de uma bem estabelecida Companhia Geral do Oriente. *Vide* *British Museum*, add. ms. 20804, Introdução Previa, §§ 1 a 3, fl. 14 e v.

de manuscriptos, em que se conthem; os exemplos de tudo o que a Companhia Oriental ingleza practica na administração do comercio da Azia; e os planos das suas ideyas sobre elle: o que eu reputo tanto mais estimavel, quanto reconheço mais difcultozo achar outra igual occasião de fazer semelhantes acquizições»⁹. Despeitado com os directores da Companhia que serviu e tendo a família caído na desgraça de Walpole¹⁰, Cleland redigira uma memória breve sobre o negócio oriental que Sebastião José não hesitou em subir à consideração régia. A receptividade que o diplomata lhe votou decorria da aflição que logo pressentiu nos ingleses se o projecto vingasse e, muito particularmente, do interesse em ganhar para Portugal a pessoa do seu autor¹¹.

4. De molde a inferir que o País só tiraria proveito do comércio da Índia se o efectuasse através de uma Companhia poderosa e que esta, sem a instrução prévia dos mercadores nacionais em tal actividade, não subsistiria, nem daria de si interesses, Sebastião José recorreu àquilo a que chamou uma recapitulação histórica das Companhias Orientais europeias. A pressupor leitura e estudo, revelava algumas luzes, no domínio que apreciava, sobre o trajecto das principais nações¹². Iniciou o périplo pela Holanda, que foi a «Universidade em que brilharam os mais assignalados professores da arte do

⁹ Vide B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 657, fl. 62 e v.

¹⁰ Informava Sebastião José que o pai de Cleland morrera de paixão privado por Walpole de uma tença de seis mil cruzados que tinha da coroa. Vide B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 657, fl. 62 v.

¹¹ Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 6, in *loc. cit.*, fl. 64 e v.

¹² Atesta o carácter aplicado de Sebastião José a «*Collection de différentes Traductions de Discours et Livres qui ont paru à Londres pour la Constitution d'Angleterre, ses Partis, ses Debats au Parlement, ses Interets et ses Plaintes au Dehors, son Commerce, et son Gouvernement. Le Tout compilé à Londres 1743*». Vide *British Museum*, add. ms. 20815.

negocio»¹³. Passou, sucessivamente, à Inglaterra, França, Suécia e terminou com uma incursão à Dinamarca¹⁴.

O juízo de fundo que o diplomata formulou assentava na valorização da mestria prática em detrimento da arquitetura dos planos, por muito elaborados que se apresentassem. É que o estrondear dos ganhos da Companhia holandesa despertara, a breve trecho, uma identidade substancial de instituições. Se sociedades houve que soçobraram, a raiz do fracasso tendia a estar na administração que não executara as suas prerrogativas com a perícia devida. Não espanta, por conseguinte, a importância primordial que atribuía ao concurso de mercadores traquejados¹⁵. Na mesma óptica, inclinava-se para enaltecer as verdadeiras benesses que constituíam as passagens a Estados rivais de estrangeiros destros no giro do Oriente, os quais, via de regra, traziam progressos significativos aos reinos onde estanciavam. Lembrou, designadamente, os casos emblemáticos do holandês Caron, director desavindo da Companhia das Índias, na França de Colbert e do fidalgo escocês Campbell, queixoso da Companhia de Londres que o empregara, na corte do rei Gustavo Adolfo da Suécia¹⁶. Estas menções não as derramou o nosso enviado

¹³ Vide B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 657, fl. 66.

¹⁴ Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, §§ 9 a 34, in *loc. cit.*, fls. 65 v. a 76.

¹⁵ Compreendia as diligências dos émulos da Holanda em produzir obra de imitação. Mas não se tornava fácil atrair comerciantes versados na mecânica negocial «que só os Holandeses entendiam tanto quanto era ignorado pelas outras Nações». Estorvava a missão, conforme Sebastião José observou, o segredo com que os Estados Gerais faziam recatar as máximas úteis ao comércio oriental e a falta de estímulo em arrancar mercadores de um local onde os lucros preponderavam. Vide B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 657, fl. 67.

¹⁶ Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, §§ 17 e segs., e 30 e seg., respectivamente, in *loc. cit.*, fls. 69 v. e segs., e 74 v. e seg.

de forma inocente. Se bem surpreendemos o seu intuito, tratava-se de sublinhar um paralelo que depunha em favor da aceitação de Cleland.

5. O discurso de Sebastião José acerca das Companhias majestáticas não constitui um lineamento de risco preciso. Encontra-se embaraçado por hesitações de vulto. No seu espírito, digladiavam-se, num conflito insanável, a livre empresa e o monopólio. Em tese geral, era contrário a este último. O cercear a liberdade mercantil afrontava o bem comum de qualquer Reino, na medida em que impedia a espontânea multiplicação do número de comerciantes. Por outro lado, o negócio monopolizado azava, via de regra, actos fraudulentos da parte de quem o conduzia. E, no âmbito de uma sociedade, os administradores não raras vezes atraíam a si o maior ganho, com a consequência lesiva de menos vir a caber em sorte aos accionistas ¹⁷.

Diante do quadro tortuosamente problemático, o diplomata, confessando-se ávido de saber, nutriu a necessidade de inculcar a ideia que a proposta avançada era fruto de um labor formativo persistente ¹⁸. Das investigações realizadas fluía a excepção do comércio do Oriente à condenação exclusivista.

¹⁷ Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 36, in *loc. cit.*, fls. 76 v. e seg. Sebastião José irá recuperar os aspectos que agora enunciava nos escritos de Viena de 1748.

¹⁸ Atente-se na declaração explícita de Sebastião José: «Algum conhecimento que tinha destas maximas produzio em mim o dezejo de procurar instruir me quanto me foi possivel nos fundamentos, por que (apezar dellas) haviam tantas cortes sabias, e providentes monopolizado o comercio oriental por practica commua. Em effeito de alguns estudos e muitas conferencias, que sobre esta materia tive com grandes professores da arte do comercio, vim finalmente a perceber o que vou expor a Vossa Imminencia». Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 37, in *loc. cit.*, fl. 77.

Se os giros na esfera do Velho Continente podiam largar-se sem receio aos particulares, o da Índia requeria um forçoso monopólio ¹⁹. Ditava-o a razão natural. Traficar em circuns-tâncias adversas, ou seja, nos domínios de príncipes infiéis, entre régulos e piratas, nas imediações de feitorias rivais, pos-tulava, logo à partida, o concurso de um grande cabedal. Só assim se enfrentariam os incessantes gastos militares, as pri-meiras compras de géneros por maior e em grosso, as even-tuais dilações nas vendas, as perdas nos fatídicos retornos da Ásia e só assim se assegurariam os fornecimentos abundantes ao País, por forma a evitar a intromissão de estrangeiros ²⁰. Dispersando recursos, os sujeitos individuais em concorrência acesa não estavam habilitados a vencer a magnitude destes confrontos ²¹. Por isso, todas as nações adoptavam um bene-fício absoluto em prol de um negócio que não se conseguia sustentar «somente pellas leys, e maximas commuas» ²².

6. Muito de pensado, Sebastião José procurou fazer acompanhar os ditames da experiência por uma reflexão teó-rica acerca do aperfeiçoamento do comércio nas suas diversas

¹⁹ Não prescindindo os Estados europeus dos géneros oriundos da Índia, sentenciava a reserva do negócio para alguns nacionais, sob pena de o entregar a estrangeiros com o inerente vazamento do ouro. Num arroubo mercantilista, justificava que, em obediência à utilidade pública, constituía um puro ganho «ficar dentro no Reino o mesmo ouro, que aliás iria aumentar o poder do outro, que o recebesse, tanto quanto diminuiria as forças do que o pagasse». *Vide* carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 40, in *loc. cit.*, fl. 78.

²⁰ *Vide* carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 41, in *loc. cit.*, fls. 78 e seg.

²¹ O proponente, contudo, viu-se obrigado a reconhecer que os arredados de um giro que se realizara livremente tentariam abater a socie-dade. Mas a clausura do mercado a esses potenciais antagonistas debelaria o perigo.

²² *Vide* carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 44, in *loc. cit.*, fl. 80v.

facetas. Dividiu-as em três partes: a moral e civil, da responsabilidade de confessores e magistrados; a política, sob a alçada dos ministros de Estado; e, finalmente, a mecânica, no que pertencia ao manejo dos mercadores. Na primeira, atribuiu lugar de cimeiro relevo a uma reforma legislativa simplificadora. A opacidade dos antigos direitos subsidiários no âmbito mercantil, impenetráveis a não eruditos linguistas e sucessivamente enredados numa teia cada vez mais espessa de comentários, provocava a fuga dos comerciantes. Temiam os pleitos que se geravam no labirinto inextricável de normas e doutrinas que não dominavam. Diante deste quadro funesto, haviam despontado, na Europa, novas ordenações para a navegação e o comércio segundo os princípios da boa razão, cristã, natural e civil. Após um árduo trabalho de depuração, filtraram-se artigos claros, breves e distintos, o conjunto dos quais estava na base da formação de um «codex particular de leys practicas e vulgares». Importava erguer regramentos acessíveis à percepção de homens leigos e de fácil aplicação ²³. Por terra caíam os estorvos jurídicos do passado.

A medida da conveniência dos mercadores ajuizada de acordo com os parâmetros expostos permite entrever a concepção de direito comercial que lhe andava subjacente. Definiam-na os caracteres de vulgarização e de especialidade em aliança a uma estreita obediência aos valores do iluminismo jurídico. As leis mercantis tinham de sair da órbita intelectual de um jurisperito para se tornarem compreensíveis ao homem de mediana instrução, suscitando, pelos seus interesses específicos, a elaboração de um código autónomo. A par de uma inestimável racionalização normativa, o breve volume vulgar publicado em *codex* separado de que falava Sebastião José

²³ Neste sentido, ver a carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 48, in *loc. cit.*, fls. 82v. e seg.

tenderia a cortar cerce as disputas opinativas dos causídicos. A significar que se eliminavam muitos dos pretextos frívolos de litigância. No âmago, cuidava-se da tutela da certeza do direito, numa área onde era particularmente preciosa. Mais. Ao assimilarem com relativa facilidade o conteúdo dos preceitos, os mercadores habilitavam-se a prever o sentido das decisões judiciais, enterrando, em definitivo, o velho e afugentador receio dos inimigos meândricos que as leis e os letrados constituíam ²⁴.

Em segundo lugar, na visão política do comércio, encontrava sede própria o exame ao merecimento das propostas e o esquadriñar de planos negociais à luz de uma evidente *utilitas publica*. O centro de gravidade discursiva deslocava-se agora para o apuro de critérios. Arrancados uns às brumas de voluminosos escritos antigos, extraídos outros do exemplo das nações modernas, formou-se um pequeno pecúlio de axiomas, como convinha a ministros esclarecidos ²⁵. A admissão de um projecto dependia da licitude e do carácter lucra-

²⁴ Não se lê de outra maneira o seguinte registo de Sebastião José: «Colligidas porem estas leys em hum breve volume vulgar, que se publicou em codex separado; obviando este á multiplicidade dos pleitos; e cortando os meys á interpretação dos Advogados, quanto a providencia humana o pode permitir; todos os moradores do Pays se puderam instruir facilmente nas leys mercantis, e navais com pouca despeza de tempo e dinheiro. Por consequencia em todos os Mercadores cessou a razão para se auzentarem, podendo obrar sobre principios certos sem medo das leys, e dos letrados». *Vide* carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 49, in *loc. cit.*, fls. 83v. e seg.

²⁵ Em Inglaterra, de acordo com o nosso diplomata, foram Cromwell e, depois, William Petty que forneceram aos políticos da época o método seguro para considerarem os interesses específicos da navegação e do comércio. *Vide* carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 50, in *loc. cit.*, fl. 84. Aliás, a *Political Arithmetick* de Petty constava da sua biblioteca londrina.

tivo enquanto fontes de um parecer preliminar ²⁶. Seguiu-se a este momento, que Sebastião José ainda situava na especulação ²⁷, uma análise de pormenor do escopo da empresa no confronto com os factos. Em ordem a aferir o interesse real do Estado, o epistológrafo avançava metodologias quantificadas com base na elaboração de balanços mercantis ²⁸, de cujo cômputo ressaltaria o julgamento definitivo.

Curou, por último, da vertente do comércio de natureza mecânica que respeitava ao exercício prático da mercancia. Vaticinava que o autor inglês do plano apresentado poderia auxiliar os homens de negócio portugueses, proporcionando-lhes uma preparação adequada ao giro da Índia. Era de subido relevo que dominassem um conjunto de princípios e de matérias, designadamente, o valor das moedas orientais, os preços dos géneros, a escolha hábil dos portos prioritários, o cálculo da despesa dos fretes e o tema nevrálgico dos seguros, para a correcta armação dos respectivos tratos ²⁹.

²⁶ Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 52, in *loc. cit.*, fl. 85.

²⁷ No seu relatório, insistia em que as regras especulativas da utilidade pública deviam ser sabidas pelo comum dos nacionais. Desse conhecimento só adviria benefício.

²⁸ Mesmo que a previsão comparada do valor dos géneros a introduzir com o dos produtos a exportar em retorno se mostrasse desfavorável, ainda assim, seria de perseverar no negócio da Ásia por duas razões. De um lado, muitas das mercadorias que entrassem no Reino destinaram-se-iam ao reenvio para diferentes países, onde se venderiam a preços mais elevados. De outro lado, quanto aos géneros necessários ao consumo interno, ganhar-se-ia uma não desprezável redução de custos que a eliminação de intermediários estrangeiros implicaria. Na síntese de Sebastião José, «do que se poupa no que se gasta em caça, e do que se lucra no que della sahe para outros Payzes» haveria fatalmente vantagem naquele tráfico. Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 53, in *loc. cit.*, fls. 85 e seg.

²⁹ Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, §§ 56 e seg., in *loc. cit.*, fls. 87v. e seg.

7. Amoldar o comércio pátrio às orientações reformistas que preconizava só produziria o florescimento da Companhia em esboço. No entanto, fez ainda questão de reconduzir à dependência de dois pontos cruciais o sucesso financeiro da sociedade. De um lado, a extracção dos géneros da Ásia, de outro, o problema do mercado potencial. Quanto ao primeiro, concorria a favor da nossa Companhia a benesse imediata de dispor de estabelecimentos operacionais na zona ³⁰, cumulada com a facilidade de contactos que o uso da língua portuguesa então proporcionava ³¹.

A necessária amplitude das «feiras» que absorveriam as mercadorias depois de transportadas a Lisboa não escapou também à consideração do subscritor da carta em exame. Já se escreveu que a relutância do governo em apoiar a iniciativa se ficou a dever a um acesso espinhoso por parte dos mercadores lusos aos centros de consumo na Europa atlântica. Ora, em boa verdade, a solução de Sebastião José não passava preferencialmente por aí. Não desconheceu o feroz clima proteccionista que afastava uma hipótese séria de colocação das fazendas da Índia em países estrangeiros. Apenas a Itália e a Alemanha poderiam constituir locais de disputa ³². Mas o resultado dessa peleja pouco significava na perspectiva do nosso enviado. De um modo assaz coerente, asseverava que o mercado por excelência onde a sociedade proposta iria traficar os géneros orientais seria o próprio Reino acrescido do seu vasto império colonial. Ambos bastariam à sustentação da Companhia, desde que preservados de competidores externos ³³.

³⁰ Destacava os casos de Diu e de Goa na linha de importantes rotas comerciais.

³¹ Vide carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 59, in *loc. cit.*, fl. 89 e v.

³² Na justificação de Sebastião José, porque não dispunham de Companhias da Índia.

³³ Sem reboço, afiançava em tom categórico: «Portugal, e os seus domínios são feiras assás consideráveis para sustentarem huma Companhia

8. A memória da autoria de Cleland que foi remetida à Corte não descerrava novidade alguma ³⁴. Trata-se de um puro e simples oferecimento pessoal ao rei de quem afiançava conhecer os interesses de Portugal na Índia, onde estanciara durante longos anos. Apesar de diminuídas, as possessões que o País detinha permitiam ainda traçar um plano de negócio oriental que conduzisse à reparação das perdas ocorridas no passado. Para além deste excelente requisito, o perito britânico detectava um conjunto de vantagens, entre as quais salientou a generalização da nossa língua pátria em toda aquela região ³⁵, que elevariam a consideração do assunto a matéria favorita do Estado.

Não se afoitou a intrometer juízo sobre a escolha do sistema de constituição da Companhia, nem sequer emitiu parecer acerca da política mercantil a adoptar. Deixava-a à prudência do monarca e dos seus ministros. Cleland propunha-se apenas facultar as luzes seguras que lhe advieram da rotina do tráfico, de molde a surgir a disciplina jurídico-organizativa mais conveniente. Em especial, fornecia cópias fiéis de todos os regulamentos em vigor que a prática reiterada demonstrara serem credores de imitação.

Como prometera na memória, Cleland apresentou-se em Lisboa para defender o projecto e prestar esclarecimentos

Oriental sem a necessidade de introduzir generos nos dominios alheyos. Basta que os estrangeiros os não metam dentro em nossa caza». *Vide* carta de 19 de Fevereiro de 1742, § 61, in *loc. cit.*, fls. 90v. e seg.

³⁴ Redigida em francês, a memória de Cleland encontra-se na B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 657, fls. 98 e seg. Localizei, também na mesma biblioteca, uma cópia integral do referido documento. *Vide* B.N.L., ms. 211, n.º 13. Já foi publicada duas vezes. *Vide* J. S. DA SILVA DIAS, *Pombalismo e Projecto Político*, cit., págs. 123 e segs.; SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, *Escritos económicos de Londres*, cit., págs. 158 e segs.

³⁵ Um argumento em que insistiram D. Luís da Cunha e o próprio Sebastião José.

desenvolvidos. Apanhou a sua estadia entre nós o regresso de Sebastião José em Maio de 1743. Uma coincidência que decerto poderia significar apoio ³⁶. Da empenhada irrequietude do diplomata ninguém duvidará perante um apontamento autógrafo, até agora desconsiderado, que exumámos na Biblioteca Nacional ³⁷. Prova à evidência que Sebastião José, afivelando pelo menos a máscara de intermediário, entregou ao Cardeal da Mota, no Verão de 1743 ³⁸, um plano da responsabilidade de Cleland tendente à criação da Companhia Oriental, bem mais meticoloso do que a nota breve oriunda de Londres. Nesse preciso período estival, participou em conferências com o mesmo fito.

Importa esclarecer que do conteúdo desse escrito se conhece apenas a súmula ampla que dele extractou Sebastião José ³⁹. Revela um escasso teor jurídico, pelo que não entraremos em grandes minúcias. Antes de tudo, Cleland preconizava, debaixo do amparo régio, a formação de uma Companhia dotada de regras certas. Admitiria a sócios tanto os nacionais como os estrangeiros. Uma abertura que se pretendia estimulada por uma norma legal a garantir que a actividade em jogo não derogaria a nobreza, nem diminuiria a estimação pública ⁴⁰. Do ponto de vista administrativo, era proposta uma estrutura pluricelular com uma Junta de directores na capital e outra em Goa ⁴¹. Aqui se centralizaria todo

³⁶ Atesta isso mesmo o § 4 da carta de 15 de Novembro de 1748 que, de Viena de Áustria, Sebastião José expediu a seu tio, Marco António de Azevedo Coutinho. *Vide* B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 613, fl. 175v.

³⁷ *Vide* B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 735, fls. 2 e segs.

³⁸ A entrega ocorreu a 10 de Agosto de 1743.

³⁹ Ler o registo em epígrafe ao documento mencionado, in *loc. cit.*, fl. 3.

⁴⁰ Ver doc. cit., §§ 3 e seg., in *loc. cit.*, fl. 3.

⁴¹ Ver doc. cit., §§ 5 e segs., in *loc. cit.*, fls. 3v. e seg.

o comércio português na Índia, permanecendo o órgão da sociedade ao abrigo de eventuais interferências do vice-rei, o qual veria acrescer ao dever de abstenção, a obrigação de prestar auxílio sempre que solicitado ⁴².

Num sinal claro de atenção benévola do governo, há notícia de que o Cardeal da Mota recebeu o cidadão inglês na presença do secretário de Estado Marco António de Azevedo Coutinho ⁴³. Mas, no fim de contas, as conversações goraram-se. Alegou o Cardeal uma absoluta falta de meios, embora se atribua a verdadeira causa do malogro à quebra do sigilo que cercava o negócio ⁴⁴. O último desengano escutou-o Cleland da boca de Sebastião José, o que precipitou a sua saída de Lisboa quando menos o esperava ⁴⁵. Aliás, o futuro Marquês de Pombal ligava este fracasso a um golpe facinoroso contra si. Veio mesmo a declarar-se vítima de uma trama, maquinada com o sentido de o excluir da fundação da Companhia Oriental, que o arrojou para uma missão diplomática de sucesso remotíssimo na distante Viena ⁴⁶. À mímica de elementos seguros que comprovem

⁴² Ver doc. cit., § 9, in *loc. cit.*, fl. 4.

⁴³ Vide carta de 15 de Novembro de 1748, § 4, in *loc. cit.*, fl. 175v.

⁴⁴ Na missiva de Viena, Sebastião José testemunhava que a divulgação do projecto o tornou impraticável. Uma circunstância que forçou mesmo o Cardeal da Mota a não o encorajar, dizendo que «lhe obstava huma absoluta falta de meys para promover aquelle interessante estabelecimento, e athé para fazer qualquer pequena despesa respectiva a elle». Vide carta de 15 de Novembro de 1748, § 5, in *loc. cit.*, fls. 175v. e seg.

⁴⁵ Vide carta de 15 de Novembro de 1748, § 6, in *loc. cit.*, fl. 176.

⁴⁶ No escrito citado nas notas anteriores, Sebastião José queixava-se amargamente de quem o inculcara a uma mediação impossível entre as Cortes de Roma e de Viena, com o fito de o afastar da sombra do trono. Uma intriga que terá virado perseguição no decurso do ministério. Por isso, não julgava necessário ser nem feiticeiro, nem político dotado de grande penetração para compreender que os tais artificios escabrosos visavam a recusa da sua pessoa na fundação da

as suspeitas de Sebastião José, não custa, porém, admitir as pressões dos empresários fustigados pela hipótese de se verem desalojados de um comércio que passava a privativo da sociedade monopolista.

9. Correrá algum tempo da permanência de Sebastião José em Viena quando, nos fins de 1747, Lisboa se agitou com uma nova tentativa de criação de uma Companhia Oriental. Pela carta de 15 de Novembro de 1748, sabíamos que, de Viena, o diplomata fez chegar às mãos de Marco António de Azevedo Coutinho três discursos e uma epístola familiar alusivos a um projecto que lhe fora enviado em Janeiro daquele ano ⁴⁷. A ignorância do paradeiro desses documentos tem provocado vários lapsos e hesitações na historiografia recente. Sem querer prestar tributo à grega *Tique*, um golpe de fortuna que só o estudo pode desembainhar guiou-me até eles. *Rectius*, a um seu traslado. Encontrei-os em Londres, na amplíssima colecção de manuscritos que pertence ao Museu Britânico ⁴⁸. Afigura-se mesmo bem provável que o original nem

Companhia Oriental. *Vide* carta de 15 de Novembro de 1748, §§ 8 a 11, in *loc. cit.*, fls. 176 e seg.

⁴⁷ Desculpando-se do atraso, escrevia Sebastião José: «Meu tio do meu Coração. Esta he a primeira occasião de expresso que se me offerece para fazer passar às mãos de V. Ex.^a com a devida segurança os tres discursos, e a carta familiar, que tenho escripto hà alguns mezes sobre o Projecto da Companhia Oriental que veyo inserto na carta particular que V. Ex.^a me dirigio na datta de 3 de Janeiro deste presente anno». *Vide* carta de 15 de Novembro de 1748, § 1, in B.N.L., *Colecção Pombalina*, Cód. 613, fl. 175.

⁴⁸ Sob o título genérico «Discursos sobre o Commercio da Azia, em quanto pode servir de meyo para a Coroa de Portugal conservar as illustres porções do Estado da Índia, que ainda lhe restam», o volume que passamos a descrever estende-se ao longo de 46 fls. Engloba um conjunto de três valiosas peças manuscritas. Abre com uma carta de Sebastião José de Carvalho e Melo a seu tio Marco António de Azevedo Coutinho, procedente de Viena e datada de 25 de Julho de 1748, fls. 2 a 9. Depois

sequer exista, se Azevedo Coutinho obedeceu à súplica do sobrinho que o instara, caso a Companhia não vingasse, como não vingou, a destruir os tais papéis por inúteis e intempestivos.

À guisa de questão prévia, convém proceder a uma interpretação correctiva do modo como até agora se vinha a encarar a intervenção de Sebastião José neste lance preliminar de uma *societas* em 1748. Não se crê que, obcecadamente, procurasse ainda impulsionar o velho anseio. Ao invés, transido pelo horror de continuar alvo de arremetidas persecutórias, denunciava o propósito firme de repelir qualquer ligação do seu nome ao estabelecimento que se anunciava. Daí o apelo ⁴⁹, dirigido a Marco António de Azevedo Coutinho, quer à eliminação das peças escritas, quer, na eventualidade de a Companhia triunfar e o secretário de Estado pretender extrair um ou outro argumento de préstimo, juntando à supressão do autor o desfigurar do estilo literário ⁵⁰. Um voto num irreconhecível anonimato que deixava pouco espaço de

apresenta, de acordo com a epígrafe aposta por Sebastião José, a «Copia do Projecto que me foi remetido em 3 de Janeiro de 1748 pela nossa Corte, para sobre elle interpor ao meu parecer», fls. 10 a 13. Finalmente, surge o parecer propriamente dito de Sebastião José acerca do mencionado projecto que se encontra dividido em quatro partes, a saber: «Introdução Previa», fls. 14 a 19, «Relação Primeira», fls. 20 a 27, «Relação Segunda», fls. 28 a 35 e «Relação Terceira», fls. 36 a 46. Para uma localização precisa, ver *British Museum*, add. ms. 20804, fls. 1 e segs. Um relatório preciso destes papéis do Marquês de Pombal encontra-se na obra do CONDE DE TOVAR, *Catálogo dos Manuscritos Portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Lisboa, 1932, pág. 44.

⁴⁹ Uma súplica que fechava «a fastidiosa recapitulação do que por mim tem passado, e com a cautelloza representação do que temo que ainda passe». Eis justificado o pedido pela pena de Sebastião José. Vide carta de 15 de Novembro de 1748, § 21, in *loc. cit.*, fl. 180.

⁵⁰ Neste sentido, depõem irrefragavelmente os §§ 22 e 23 da carta de 15 de Novembro de 1748, in *loc. cit.*, fl. 180 e v.

verosimilhança a que tivesse sido Sebastião José a pedir, *motu proprio*, a remessa da proposta para a apreciar. As fontes mostram uma sequência inversa dos factos. Marco António de Azevedo Coutinho, que não desconhecia a laboriosa formação do enviado a Viena no tema em regresso político, decidiu solicitar-lhe um parecer acerca do referido projecto ⁵¹. A um simples relancear, deslindou-se, por último, que o texto societário de 1748 de nenhuma maneira corresponde à memória que Cleland apresentou ⁵². Estamos perante uma iniciativa distinta.

Preza a verdade afirmar que, do imenso acervo documental que se compulsou, os manuscritos do Museu Britânico encerram um interesse ímpar para a descoberta da genuína concepção jurídica que, no tocante às Companhias régias, preenchia o espírito do futuro Marquês de Pombal. Neles esmiuçou o parecerista, face à confiança que depositava no destinatário, pontos de vista pessoais, muitas vezes repassando-os de aspectos de subida importância na óptica do historiador do direito. Há pois que lhes conceder uma escaçada atenção.

⁵¹ Basta atentar no § 1 da carta de 25 de Julho de 1748 em que Sebastião José se honrava de ter recebido uma ordem de Marco António de Azevedo Coutinho «para informar particularmente sobre o Projecto de Commercio e Companhia Geral do Oriente». *Vide* B.M., add. ms. 20804, fl. 1.

Repare-se que a carta de 25 de Julho de 1748 não era outra senão aquela que Sebastião José declarava, em Novembro desse mesmo ano, estar já escrita há meses a aguardar expresso.

⁵² Nos pontos que se acabaram de versar, dissentimos em absoluto do preclaro historiador Silva Dias, cujas inexactidões se tornam compreensíveis para quem não beneficiou do acesso aos mencionados documentos londrinos. *Vide* J. S. DA SILVA DIAS, *Pombalismo e Projecto Político*, cit., pág. 128.

10. Tentaremos, desde já, bosquejar o retrato jurídico da predilecção de Sebastião José, a partir de uma leitura concatenada das peças vienenses de Julho de 1748. Acautelando logo a fase de congeminação da sociedade, advogava o império absoluto do sigilo ⁵³. Os trabalhos preparatórios não deviam extravasar o íntimo recato do gabinete. De feição que, a entibiar as inúmeras objecções e obstáculos que decerto se colocariam à instituição ⁵⁴, a altura designada para o conhe-

⁵³ Vide carta de 25 de Junho de 1748, § 3, in *loc. cit.*, fl. 2.

⁵⁴ No conceito de Sebastião José, o projecto de uma Companhia exclusiva, assim que tomava a aparência de produzir efeito, logo reunia múltiplos adversários. O primeiro clamor partia dos estrangeiros que se sentiam lesados pelo privilégio da nova Companhia que, ao vedar a introdução de certas mercadorias no País, amputava-lhes um mercado. Na sugestiva linguagem empregue, implicava a perda de uma feira. Também nacionais havia que se juntavam aos estrangeiros no repúdio da sociedade. Como explicava Sebastião José, pelas mais diversas motivações: «Alguns, por não professarem a Arte do Commercio, crem de boa fee as malliciosas sugestões, dos sobreditos Estrangeiros e dos seus fautores, para terem ou por indifferente, ou por prejudicial o novo estabelecimento que se intenta fazer. Outros o malquistam e atravessam por todos os modos que lhes permitem as circunstancias em que se acham, porque a isso os anima a corrupção dos sobornos que recebem. Outros por leveza natural reprovam o novo Projecto de que ouvem falar sem para isso terem outro incentivo que o de não comprehenderem a sua importancia: dizendo: que he novidade escuzada: e que sem ella se poderá viver no tempo futuro como se viveu no passado. Outros detrahem e contestam o mesmo Projecto por emullação e animozidade, contra os que o devem manejar, para os privarem do merecimento de renderem ao Seu Soberano e á Sua Patria hum serviço, que os referidos emullos conhecem que se não acham em estado de poderem render em termos competentes. Outros ou porque o monopollio os exclue da liberdade de mandarem e receberem algumas comissões com que se utilizam, ou por outro semelhante privado e inconsideravel lucro que lhes cessa declamam em toda a parte contra o mesmo monopollio, e se oppoem a elle á proporção das forças que tem para o estorvarem. Outros cooperam ao mesmo mao fim, cheyos de zelo, e boa intensão, porque se attam a este, ou aquelle inconveniente, que percebem

cimento público encontrasse uma estratégia decisória amadurecida.

O projecto, após vincar o abatimento do Estado da Índia que reclamava do País recursos, em gente e em dinheiro, que este não possuía, encarava o comércio como o único meio à disposição de Portugal, por forma a inverter o rumo deca-

sem o combinarem com as vantagens, que o novo estabelecimento havia de produzir, porque talvez as não compreendem em toda a sua devida extensão. E todas estas diferentes causas vem a produzir os efeitos de ter a Companhia exclusiva contra si hum grande numero de inimigos e de contradictores; e de serem perseguidos por diversos modos os que a intentem estabelecer». Dirigiram-se um pouco por toda a Europa, em especial na Inglaterra, na Holanda e na França, acerbíssimas objurgatórias às Companhias. Em Portugal, os sucessivos malogros das sociedades privilegiadas ocorreram muito por culpa dos obstáculos colocados no seu caminho. De acordo com o parecerista, ninguém ignorava as contestações que fizeram abortar «as ideyas das duas Companhias Orientais que se projectaram no Reynado do Senhor Rey Dom João o IV. e na Regencia do Senhor Rey Dom Pedro II.: que fizeram tão trabalhosamente contestado o estabelecimento da Companhia do Brazil vulgarmente chamada a Junta do Commercio: que fizeram com o tempo perecer aquelle commercio e alterar aquella Junta de sorte que veyo a extinguir se: que fizeram arruinar totalmente as duas Companhias de Cacheu, e de Guiné e Indias: e que fizeram em fim com que nunca athe agora se pudesse lograr o efectivo progresso de algumas das outras Companhias, que se formàram entre Nos depois daquelle tempo acabando todas pela perda dos cabedais, que se metteram nellas». Era o já longo cortejo dos nossos colapsos em que, pelos vistos, o diplomata se engolfara. Estudou até os meios de opposição às Companhias que, segundo ele, se dividiam em dois grupos. Enquanto um abrangia os expedientes indirectos respectivos e ocultos, ao sabor da fertilidade da malícia humana, o outro incluía os directos, absolutos e declarados que tipicizava. Elencou a ilicitude do monopólio, a exportação de riquezas sólidas em troca de mercadorias corruptíveis acompanhada pela perigosa sangria da população e, por fim, a intolerável restrição à liberdade do comércio que frustrava, contra o bem comum, o crescimento da classe dos homens de negócio. A estes argumentos de peso, Sebastião José ripostou desenvolvidamente nas três relações.

dentista. E a gestão de um tráfego sólido pressupunha o erguer de uma «Companhia geral de Commercio que comprehendea a Azia toda e a parte de Affrica que corre do Cabo de boa esperança para dentro athe o Cabo Delgado»⁵⁵. A tudo isto anuiu Sebastião José pelas mesmas razões⁵⁶, confessava-o expressamente, que aduzira nas conferências havidas no Verão de 1743⁵⁷. Acusava assim, sem rodeios, uma conduta interveniente naquelas reuniões, papel que, durante bastante tempo, esteve apenas sob mera suspeita dos estudiosos.

A discordância frontal com a proposta começava no problema do modo de instituir a *societas*. Sebastião José reputava-o da máxima complexidade. É precisamente a sua abordagem que lhe ensejou esboçar uma concepção jurídica das Companhias privilegiadas. Na perspectiva do parecerista, estabelecer uma Companhia significava formar uma espécie de república assente numa ideia de governo democrático, mas destinada a subsistir no interior de um Reino de governo monárquico⁵⁸. As sementes de uma nítida contradição ficavam lançadas a descoberto. O talento perspicaz de Sebastião José captou isso mesmo, ao elaborar uma construção bifronte. De um lado, a Companhia não podia deixar de permanecer debaixo dos auspícios soberanos, tanto para a concessão de prerrogativas essenciais, quanto para beneficiar do amparo régio. Por outro lado, ao invés, devia afirmar-se independente

⁵⁵ Ver o texto do projecto cit., § 6, in *loc. cit.*, fl. 10v.

⁵⁶ Não custa acreditar que algumas constituíssem reposições verbais de argumentos já contidos na carta de 19 de Fevereiro de 1742 que, na altura oportuna, invocámos.

⁵⁷ Neste preciso sentido, ler o § 4 da carta de 25 de Julho de 1748, in *loc. cit.*, fl. 2v.

⁵⁸ Consultar, designadamente, os §§ 19 e 35 da carta de 25 de Julho de 1748, in *loc. cit.*, fls. 5 e 7v.

da coroa, ao menos na condução da vida societária. O desvelo de Sebastião José em vedar ao monarca uma possível ingerência na aplicação dos fundos sociais e a defesa da sua entrega à livre administração de um conselho ou de uma junta de interessados não parece assumir intento diverso ⁵⁹. Uma autonomia que fatalmente se pretendia também que condenasse à indiferença o voto, de favor ou de oposição, quer dos funcionários políticos superiores, quer dos magistrados, em relação à sociedade.

No terreno jurídico, a harmonização deste cenário conflituante passava pela celebração de um acordo que obrigasse de igual modo particulares e soberanos. Aí residia a fonte precípua dos direitos e deveres recíprocos. Por isso, Sebastião José, como matriz edificadora da sociedade, utilizou a figura do contrato, o qual viria a assumir a natureza de verdadeira pedra angular de todo o seu quadro explicativo. Acrescente-se, com notórias implicações na esfera publicística. Cumpre sobressalientar que preconizava o recurso à via contratual para limitar as jurisdições ordinárias em benefício da Companhia ⁶⁰. A garantir, pois, uma indispensável imunidade que só por si fazia avultar um regime de exceção tutelar.

A adesão à doutrina do ajuste pactício, porém, sofria sempre o terrível embaraço de manter de um dos lados da relação contratual a pessoa do monarca. Naturalmente, levantava-se o problema básico de preservar a força vinculativa do acordo face a uma entidade onnipotente. Ou, represen-

⁵⁹ Vide carta de 25 de Julho de 1748, § 19, in *loc. cit.*, fl. 5.

⁶⁰ Tratava-se de um caso em que concorria um interesse público muito mais forte do que naqueles outros em que, entre nós, a coroa costumava limitar a «jurisdição dos seus Governadores das armas, officiaes Militares, e Ministros da Justiça, a favor dos diferentes Donatarios Ecclesiasticos, e secculares em quem abunda esse Reyno». Vide carta de 25 de Julho de 1748, § 20, in *loc. cit.*, fl. 5 e v.

tando a questão de uma outra forma, importava escorar, com firmeza, o princípio da estabilidade do contrato social, tornando-o intangível a arremetidas legislativas soberanas. Do rei outorgante e dos seus sucessores ⁶¹. Se as cláusulas que consubstanciavam privilégios económicos, através dos quais a sociedade esperava retirar determinados proventos, não fossem irrevogáveis, desapareceria o elemento fundamental de segurança da actuação mercantil. Em particular, convinha que o âmbito do monopólio permanecesse intocado ao longo do prazo de duração previsto. Não espanta nada que projecto e parecer se abraçassem na sentença condicional seguinte: a Companhia, atenta a requerida largueza do negócio exclusivo,

«não deixará de produzir grandes interesses mayormente se as Leys e condições com que se formar forem de tal sorte estabelecidas que as gentes percam o receyo de que nem Sua Magestade, nem os Seus Successores se valerão do Seu Real poder para alterar as ditas condições» ⁶².

Em adição, Sebastião José esgrimia ainda com a experiência das Companhias que se organizaram em Portugal depois de um século que patenteava a essencialidade do ponto ⁶³.

⁶¹ Obviamente que, para a eventualidade de a Companhia vir a sobreviver ao monarca concedente, curava-se, por norma, de amarrar os sucessores ao conteúdo do contrato.

⁶² Ver o texto do projecto cit., § 12, in *loc. cit.*, fl. 12.

⁶³ Pelo seu relevo, reproduzimos, na íntegra, o comentário de Sebastião José ao § 12 do Projecto: «Não duvido tão bem da substancia do que se propoem no § 12. do dito Projecto: antes entendo por huma parte que o commercio da pertentida Companhia pode produzir os grandes interesses que individuei na Primeira e Segunda das tres Rellações que offereci asima: entendo por outra parte que o mesmo Commercio deve ser tão geral como propoem o referido Projecto, fundando me nos motivos, que deduzi na Terceira das ditas Rellações: e entendo pela outra parte em fim que as condições da sobredita Companhia devem ser = de

Apesar de tudo, nenhum dos textos esclarecia a forma de o conceber na prática. Ressaltava evidente que o único meio de o acautelar tenderia a estar numa prescrição de teor auto-limitativo aceite pelo monarca.

11. A inviolabilidade do pacto social sobrepunha a sua importância num regime de ingressos voluntários. É que, sem aquele afiançado respeito pelo conteúdo do acordo, raros interessados afluíam dispostos a arriscar dinheiro numa sociedade assente num terreno normativamente movediço. Sebastião José venceu bem este nexo e exprobrou ao autor da proposta a regra coactiva na angariação das subscrições ⁶⁴. De um modo radical, o alvitrista sugerira, em alternativa à ressurreição da antiga Junta do Comércio ⁶⁵, o lançamento de uma nova Companhia «em que se obrigue a entrarem nella todas as ordens da Republica, todas as Cameras do Reino, do

tal sorte estabelecidas que as gentes percam o receyo de que nem Sua Magestade nem os Seus Successores se vallerão do Seu Real poder para alterarem as ditas condicções = Pois que os Exemplos de todas as outras Companhias que se estabeleceram em Portugal depois de hum seculo fazem essencialissimo este ultimo ponto, quando se torna a fazer reflexão nas razões que tão bem deixo asima indicadas a respeito da notoria impossibilidade que ha para se estabelecer e proseguir o Commercio da Índia com cabedaes forçados». *Vide* carta de 25 de Julho de 1748, § 32, in *loc. cit.*, fl. 7 e v.

⁶⁴ Vinha de longe, entre nós, o problema da captura de interessados. Em particular, agitou-o a Companhia Geral para o Estado do Brasil que, à míngua do capital esperado, de «voluntaria, se fes forçada, obrigando violentamente a que se metese dinheiro nella com notavel vexação de muitas pessoas». Esta queixa está inserida numa consulta de 8 de Abril de 1654 a que aludimos já. *Vide* Biblioteca da Ajuda, Cód. 50-v-35, fl. 131v.

⁶⁵ Como sintoma de abatimento da Junta do Comércio, identificou a perda de influência dos mercadores na administração em proveito dos juristas, os quais entendiam melhor as leis do que os interesses de um negócio que não praticavam.

Brazil, e do mesmo estado da India fazendo entrar nella todos os Mercadores dos tres Dominios, e sendo permitido a todos ou sejam grandes ou fidalgos, ou nobres, ou Ministros de Tribunaes a se interessarem neste negocio sem que por isso se lhe derogue a sua nobreza» ⁶⁶. Delineava assim um recrutamento compulsivo generalizado que pretendia implicar numa autêntica conspiração nacional em prol da sociedade. Daí também o empenho gritante em ver ligado o nome do monarca à Companhia, fosse como simples prestamista de fundos, fosse como verdadeiro interessado ⁶⁷. Em qualquer dos casos, o exemplo carismático funcionaria sempre.

Pelas tremendas consequências que repercutia, a captura de sócios não colhia o aplauso do enviado a Viena. Na «Introdução Previa», dedicou-lhe páginas críticas muito veementes ⁶⁸. Mostrando inegável sensatez, proclamou que um estabelecimento de comércio e navegação mercantil era incompatível com um sistema coercitivo de entradas, o qual, a aplicar-se, geraria inconvenientes de monta. Observemos, pois, os efeitos perniciosos da coacção que alinhou. Antes de tudo, só serviria para destruir o crédito público da sociedade ainda na forja. Convocar interessados à força significaria o esboroar da reputação de um comércio que não conseguia por si assumir contornos atraentes. Fora do horizonte prescritivo, permaneceriam os cabedais estrangeiros, nada afeitos a semelhantes ditâmes ⁶⁹. De feição que, faltando o crédito público e afugentado o concurso dos estrangeiros, a consti-

⁶⁶ Ver o texto do projecto cit., § 7, in *loc. cit.*, fl. 10v.

⁶⁷ Neste sentido, ver o § 7 cit. na nota anterior.

⁶⁸ Já no § 6 da carta de 25 de Junho de 1748, Sebastião José duvidava da bondade dessa resolução cogente, aplicável a pessoas singulares e a instituições. *Vide* carta cit., in *loc. cit.*, fls. 2v. e seg.

⁶⁹ Acerca do que se escreveu, ver *Introdução Previa*, § 15, in *loc. cit.*, fl. 17.

tuição do capital da sociedade apelaria apenas ao dinheiro líquido dos vassallos. Num País onde as somas ociosas não abundavam, insistir em entregas obrigatórias levaria a exauri-lo, a um golpe, de boa parte dos valores em circulação. Em tais circunstâncias, Sebastião José vaticinava mesmo que a Companhia estaria condenada a quebrar ⁷⁰. E pior do que a renúncia a instituir a sociedade e perecer o Estado da Índia, seria forcejar as contribuições sociais e destruir o Reino.

Sebastião José engenhava uma solução perpassada por uma filosofia oposta. Brandindo o paralelo anglo-francês em que, através de campanhas informativas, os projectos daquela envergadura se faziam benquistar argumentativamente não só junto dos ministros de Estado e dos profissionais mais diversos, como também conquistavam os particulares iliterados, logo compôs três dissertações, de molde a render os hesitantes à nova *societas* da Índia ⁷¹. Instava, pois, pela recusa liminar das entradas forçadas. Ao contrário, para o estabelecimento da Companhia, julgava indispensável que os nacionais contribuissem «tão livre, tão espontanea, e tão alegremente», que a sua lição animasse a oferta dos cabedais estrangeiros, um pouco

⁷⁰ Por três ordens de razões, segundo Sebastião José: «Primeiramente quebraria em quanto parte integrante do todo de hum Reyno exausto de dinheiro, e fallido de credito; Em segundo lugar quebraria, porque sendo obrigada a fazer todas as suas compras com dinheiro na mão, ainda athe agora se não descobriu meyo de fazer o Commercio sem o Cabedal imaginario e ideal que consiste no credito; Em terceiro, e ultimo lugar, quebraria, porque necessitando de vender para subsistir, ninguém lhe compraria, ou por falta de meynos da parte daquelles vassallos que tivessem contribuido com todo o seu dinheiro; ou por medo e cautella para emcubrirem o mesmo dinheiro da parte dos outros vassallos que houvessem occultado algum Cabedal ao tempo da coacção». *Vide* Introdução Previa, § 15, in *loc. cit.*, fls. 17v. e seg.

⁷¹ *Vide* Introdução Previa, §§ 16, 17 e 18, in *loc. cit.*, fl. 18 e v.

à imagem do que sucedera, embora em graus diferentes, na Europa das sociedades mercantis privilegiadas ⁷².

O grosso do fundo social deveria sair, no aviso de Sebastião José, da classe dos mercadores. Mas isso pressupunha que se realizasse o enlace de duas condições: por um lado, a garantia da segurança dos capitais e, por outro, a séria probabilidade de lucros. Aspectos de sumo relevo no quadro de governos monárquicos como o de Portugal, principalmente ante a correnteza de inéxitos que atingira as Companhias de comércio portuguesas na última centúria ⁷³. Ora, só uma disciplina societária clara e firme se poderia tornar convidativa aos olhos inquietos dos homens de negócio, aos quais nada repugnaria tanto como o gesto despótico de extorquir as entradas.

12. Se Sebastião José não hesitava em considerar que uma Companhia privilegiada devia encerrar um agrupamento de pessoas assente numa base voluntária, já punha em causa que o fim da sociedade fosse apenas a obtenção de um lucro e a sua distribuição pelas pessoas agrupadas. Não pretendia significar que a Companhia não aspirasse a um ganho. Mas a maximização na óptica dos sócios resultava impedida ou dificultada pela disciplina estatutária que definia a satisfação de umas quantas necessidades públicas.

De novo, arremessou Sebastião José o exemplo de uma sólida Companhia britânica, cujas acções, posto que às vezes produzissem a favor dos accionistas lucros assombrosos, outras vezes, pouco produziam, outras ainda, não produziam coisa

⁷² A este respeito, Sebastião José apontava os casos notórios da Inglaterra e da Holanda, mas ainda os da França e da Dinamarca, «não obstante a diferença das suas constituições». *Vide* carta de 25 de Julho de 1748, § 16, in *loc. cit.*, fl. 4 e v.

⁷³ *Vide* carta de 25 de Julho de 1748, §§ 17 e 18, in *loc. cit.*, fls. 4v. e seg.

alguma, ficando os capitais estéreis. No entanto, nada disso desfigurava o conceito de Companhia que o diplomata deixava perceber. O puro escopo do lucro repartível não quadrava com o cálculo político dos ministros de Estado ingleses que se inseriu na sua fundação. A utilidade do Reino que, mormente no caso concreto, a fertilíssima navegação da América representava, em muito suplantava o interesse particular dos sócios ⁷⁴. O mesmo entendimento, de quando em quando, haveria de fulgir na prática governativa pombalina.

13. Dado o âmbito de actuação da sociedade, não escapou à mira observadora de Sebastião José a posição jurídica do vice-rei da Índia. Ao arrepio do projecto, não admitia que o vice-rei detivesse qualquer poder legal sobre a Companhia. Quando muito, seria desejável que assumisse a veste de accionista, participando nas repartições dos ganhos que os directores em Lisboa determinassem. Extravasar, porém, esta discreta condição implicaria penetrar num domínio vedado. Nem se lhe permitia o exercício do comércio na Índia, nem tão-pouco se lhe autorizava a percepção de interesse directo ou indirecto

«que não seja; ou de alguma soma certa que se lhe estipule por conta da Companhia a titulo de soldo e propina; ou de

⁷⁴ A esta luz, o § 52 da Rellação Primeira não dá lugar a dúvidas: «Como porem aquella grande massa conservou e conserva a fertilissima Navegação da America, a favor da Marinha, do Erario, e da força do Reyno, e em beneficio de todos os outros vassallos d'elle: veyo, e vem, a ser inconsideravel no Calculo Pollitico e Superior dos Ministros de Estado Inglezes, que das despezas necessarias para se manter a mesma Navegação restasse humas vezes pouco, e outras vezes nada a favor de cada hum dos Accionistas no seu paticular: porque em taes circunstancias o que estes Particulares ou deixaram de ganhar ou vieram a perder se converteu em desproporcionada utillidade do commum do Reyno...». Ver, in *loc. cit.*, fls. 26v. e seg.

algum donativo casual que a mesma Companhia lhe faça voluntariamente desde o Supremo Conselho de Portugal...»⁷⁵.

Aceitar outro procedimento equivaleria a tolerar o vice-rei como um poderoso concorrente.

Mas já se afigurava benéfico que o vice-rei entrasse na Companhia e arrastasse consigo a nobreza mais distinta. Sebastião José invocava as ilustres famílias de Génova e de Florença que, ante a escassez dos frutos naturais das suas terras, se dedicavam, ao tempo, a angariar os «frutos industriais do comércio»⁷⁶. Por esse mesmo caminho haviam enfileirado, com pingue sucesso, as casas britânicas de primeira grandeza⁷⁷. Arrojo idêntico deveriam ter os nobres portugueses minguidos de rendas que os sustentassem com decoro, sobretudo num país em que vicejavam as estéreis propriedades eclesiásticas⁷⁸.

No contexto imediato, não passou despressentida a Sebastião José a necessidade de se promover uma verdadeira reabilitação pública da actividade mercantil. À coroa impetrou que desterrasse, de uma vez por todas, aquilo que classificava de abuso irracional de reputar mecânico o comércio. Uma pro-

⁷⁵ Vide carta de 25 de Julho de 1748, § 22, in *loc. cit.*, fl. 5v.

⁷⁶ Vide carta de 25 de Julho de 1748, § 24, in *loc. cit.*, fl. 6.

⁷⁷ Da consumada mudança de mentalidade inglesa em relação ao comércio dava conta Sebastião José, no § 26 da carta de 25 de Julho de 1748: «hoje na Grão Bretanha qualquer Homem que faz hum tal ou qual negocio, que o habillite para passar uma Letra de Cambio, he hum Homem de bem, o qual he recebido com estimação em toda a parte; e qualquer grosso Negoceante estabelece a caza de hum grande Senhor como um Heroe na arte mais util, e mais importante ao serviço da Coroa, e ao bem commum do Reyno». Ver ainda doc. cit., §§ 27 a 30, in *loc. cit.*, fl. 6 e v.

⁷⁸ Vide carta de 25 de Julho de 1748, § 25, in *loc. cit.*, fl. 6.

vidência zelaria para que se produzisse o efeito inverso. Distinguindo uns e carregando de lustre outros à proporção do crédito e do cabedal disponíveis, a mercancia estava agora destinada a relampejar prestígio. Dos notáveis aguardava-se o desempenho de uma tarefa modelar. Inspirariam uma grande confiança alicerçada na honra e no saber aos estados sociais inferiores. De maneira que, no entender do parecerista, tanto apagariam o estigma desprezível que ainda então se incrustava ao trato, como caucionariam a solidez do investimento ⁷⁹. Em perfeita sintonia, volveremos a encontrar o tema na legislação pombalina.

14. Dissentiu também Sebastião José do projecto no capítulo da cessão de domínios à Companhia ⁸⁰. É certo que as Cortes de França, de Inglaterra e da Holanda haviam permitido semelhante translação. No entanto, razões específicas militavam para que Portugal não decalcasse a solução ⁸¹. As monarquias estrangeiras conferiam às Companhias o direito de conquista, por norma, quando não dispunham de interpostos territoriais necessários ao comércio. Designadamente, como o diplomata assinalava, o giro da Ásia não prescindia de estabelecimentos naquela zona do mundo. Em gritante contraste, a Coroa nacional iria transferir parcelas de um império próprio ⁸², sem que à Companhia se pedisse o

⁷⁹ Repare-se que, uma vez esconjurado por Sebastião José o recurso à força no constituir da sociedade, a fê pública que se conseguisse criar em torno do estabelecimento virava decisiva. Nesta óptica, ver carta de 25 de Julho de 1748, § 31, in *loc. cit.*, fl. 7.

⁸⁰ Ver o projecto cit., § 7, in *loc. cit.*, fl. 11.

⁸¹ Vide carta de 25 de Julho de 1748, §§ 7 a 11, in *loc. cit.*, fl. 3 e v.

⁸² Portugal, escrevia Sebastião José, «tendo feitos os estabelecimentos, de que Inglaterra, Hollanda, e França careciam, o que só vem a restar lhe para fazer he cultivar os taes estabelecimentos, fazendo com que nelles floreja o commercio que constitue o objecto da Companhia que se intenta

mínimo esforço bélico ofensivo. Além disso, à nossa sociedade afluíam porções dominiais frutíferas, ao contrário do que às vezes se registava ⁸³.

A lógica traçada conduzia, do mesmo passo, à deslocação para a Companhia de domínios pertencentes aos donatários do Estado da Índia. Ora, Sebastião José não aprovava esta violação drástica de um direito adquirido pelos particulares, desde logo porque o interesse público se poderia satisfazer de uma outra forma menos gravosa. Bastava que se limitassem as prerrogativas dos donatários, na medida em que fossem incompatíveis com a instituição da sociedade e o progresso do comércio. A cessão de territórios deveria encarar-se, exclusivamente, como um último recurso ⁸⁴.

15. A crítica a que submeteu o projecto societário oferecido à sua consideração proporcionou a Sebastião José explicar uma teoria político-económica acerca do tráfego do

erigir; para que esse Commercio anime e verifique os Estados, que por falta delle se acham como mortos». *Vide* carta de 25 de Julho de 1748, § 11, in *loc. cit.*, fl. 3v.

⁸³ *Vide* carta de 25 de Julho de 1748, § 10, in *loc. cit.*, fl. 3.

⁸⁴ Uma tese que o § 13 da carta de 25 de Julho de 1748 inculcava: «Porque ainda quando especificamente se verifica com a grave ou extrema necessidade publica que para ocorrer a ella não ha outro meyo que não seja o de se viollar o Direito de propriedade dos Particullares, com tudo nem isso basta para que os mesmos Particullares sejam gravados allem do que se fas precizo para o remedio da tal necessidade publica. Em quanto por todas as possiveis combinações e diligencias se não exaurirem os meynos de se fazer o Commercio da Azia sem translacção dos Dominios do Estado da India a favor da nova Companhia, não vejo que a necessidade se extenda a mais do que a se limitarem nestes ou naquelles cazos assim a jurisdição como as franquezas dos ditos Donatarios, em quanto os seus Privilegios forem incompativeis com o estabelecimento, e com o progresso do Commercio publico que se pertende estabelecer em beneficio do mesmo Estado da India e do Reyno». Ver, in *loc. cit.*, fls. 3v. e seg.

Oriente. Assentava em três teses básicas, cada qual a merecer uma dissertação independente. A primeira encarecia a utilidade do comércio em geral, e da Ásia em particular, para o nosso país ⁸⁵. Sustentava a segunda que a recuperação daquele giro respondia a exigências da Igreja e do Estado ⁸⁶. E a terceira advogava o estabelecimento de uma poderosa Companhia exclusivista como único meio de preservar a Índia portuguesa, alinhando os diversos fundamentos da sociedade ⁸⁷. Curaremos de os analisar.

Os escritos vienenses em foco constituem o local onde Sebastião José melhor verteu o seu pensamento a respeito das Companhias monopolistas. Posto que retomasse alguns tópicos argumentativos anteriores, adensou, todavia, a abordagem problemática. Não procurou esconder a conclamada ilicitude do monopólio. Reconheceu que se assediava a Companhia pelo facto de se locupletar com jactura dos povos. *Primo*, visto que os arredava do trato dos géneros sob privilégio. *Secundo*, porque, ao beneficiar de uma posição societária no mercado que lhe conferia a faculdade de definir os preços, os obrigava

⁸⁵ Vide Rellação Primeira, in *loc. cit.*, fls. 20 e segs.

⁸⁶ Vide Rellação Segunda, encimada pelo sumário que se segue: «Estabelece-se que o Commercio da Azia não só he digno de ser dezejado em razão dos considerabilissimos interesses que se tinham especificado na Rellação Primeira, mas que ainda se faz mais digno de ser fervorosamente promovido quando se considera que elle he de uma indispensavel necessidade da Relligião e do Estado pelos urgentes motivos que tão bem se individuum nesta Rellação», in *loc. cit.*, fls. 28 e segs.

⁸⁷ Vide Rellação Terceira, cujo pórtico é a sentença final: «Conclue-se que pera Portugal perceber aquelles considerabilissimos interesses, e para socorrer aquellas urgentissimas necessidades que se deduziram nas duas precedentes Rellações, não há outro meyo, que não seja o de huma poderosa, e bem establecida Companhia Oriental com Privilegio absoluto, e inviolavelmente exclusivo de todo trafico dos Particullares: individuando-se cada hum dos fundamentos que assim o demonstram», in *loc. cit.*, fls. 36 e segs.

a pagar mais caro as tais mercadorias. Apesar de acatar o princípio condenatório, Sebastião José retorquia com uma limitação salvífica que fundava, de direito, na opinião uniforme de canonistas e teólogos. Verificava-se essa restrição quando o exclusivo fosse imposto pela *voluntas* soberana e nele concorressem razões de utilidade pública ou de necessidade do Estado.

Desvigorado o sentido de esgrimir com a troca de riquezas sólidas por produtos corruptíveis ou com a nefasta perda de gente ⁸⁸, Sebastião José lançou-se à tarefa de entibiar a repetida alegação de que os monopólios das Companhias contrariavam a *recta ratio* política. Assim como cingiam a liberdade de traficar a um pequeno número, assim também se opunham ao bem comum, na medida em que se arvorasse que a prosperidade de um Reino dependia da reprodução dos homens de negócio. Não o negando em tese geral, o diplomata, porém, encadeou um rol nada parcimonioso de motivos específicos com o qual justificava a adopção de Companhias monopolistas no comércio da Ásia ⁸⁹.

Lembrava Sebastião José que o tráfego entre príncipes infiéis e piratas salteadores não prescindia de um amparo militar organizado. Num ambiente de emulação, fortalezas bem guarnecidas, navios bem armados e um corpo de tropas bem pago não se dispensavam. Só o concurso de um grande capital podia enfrentar despesas tamanhas que o erário régio não se encontrava em condições de suportar. Reputava, por isso, inevitável recorrer ao dinheiro dos particulares, não iso-

⁸⁸ A este respeito, Sebastião José desenvolveu, no fundo, uma teoria centrada na ideia que o florescer da navegação mercantil acarretava o povoamento dos domínios da Índia, aliviando o Reino de algum peso das periódicas extracções de pessoas. *Vide* Rellação Segunda, §§ 18 a 22, in *loc. cit.*, fl. 31 e v.

⁸⁹ *Vide* Rellação Terceira, §§ 17 a 20, in *loc. cit.*, fls. 38v. e seg.

ladamente ⁹⁰, mas numa associação conjunta de meios e de privilégios: a dilecta Companhia Oriental ⁹¹.

Não chegava, porém, colocar em respeito os adversários de Portugal. A requestada união de cabedais servia ainda para constituir um fundo permanente adequado ao manejo lucrativo do comércio da Índia ⁹². Sebastião José voltava a fazer

⁹⁰ Tónica que Sebastião José repisou à saciedade. Vejamos o lapidar § 24 da Rellação Terceira: «Ora sendo certo o Commercio e a Navegação de cada vassallo no seu particular não pode produzir e manter os cabedaes e os navios que não cabem nas faculdades da Coroa de Portugal, e que athe agora não couberam na possibillidade das mayores Pottencias da Europa: daqui rezulta com evidencia a indispensavel necessidade que ha do simultaneo concurso de muitos vassallos, os quaes ajuntem e accumlem os seus pequenos cabedaes, e os seus respectivos navios: para que esta união de partes insignificantes em quanto separadas constitua hum todo consideravel, que seja porporcionado meyo para os fins acima indicados». Ver, no *loc. cit.*, fls. 39 v. e seg.

⁹¹ Nem lhe obstava a máxima da não conformidade do monopólio com a boa razão de Estado. Insistia Sebastião José: «1.º porque a respeito da Coroa, ou o Commercio da India seja livre, ou seja excluzivo, sempre ha de produzir a seu favor os principaes interesses que ficam deduzidos nas duas Rellações proximas precedentes: conservando no Reyno para circullar nelle os Cabedaes que os estrangeiros tiram de Portugal pelo meyo dos generos da Azia e conservando se naquella parte do Mundo os Dominios de El Rey Nosso Senhor: 2.º porque a respeito do commum do mesmo Reyno sempre ha de tão bem produzir os mesmos bons effeitos empregando os mesmos Lavradores os mesmos Artifices, os mesmos Comissarios de provisões os mesmos Capitaes de navios, os mesmos Pillotos, os mesmos Marinheiros etc.: 3.º e em fim porque a respeito do Corpo que constituem os Mercadores e mais pessoas que se costumam interessar naquelle Commercio, he boa e he Santa providencia utillizar pelo menos alguns; quando ha manifesta impossibillidade para utillizar todos; e quando a consequencia de deixar a liberdade a todos seria perder se inteiramente aquelle Commercio para em breves annos o não poder fazer algum dos que hoje o fazem frouxa e insignificantemente». *Vide* Rellação Terceira, § 27, in *loc. cit.*, fl. 40 e v.

⁹² *Vide* Rellação Terceira, § 29, in *loc. cit.*, fl. 40 v.

rebrilhar uma sequência escolhida de vantagens económicas que aliava à grande empresa. A Companhia, ao dispor de feitorias, armazéns e abundantes meios de aquisição nos portos do Oriente, podia comprar barato e aguardar pela venda no momento oportuno. Ao invés, os particulares, na sua fragilidade solitária, estavam arredados desse trilho estratégico ⁹³. Depois, se a Companhia tolerava, na mira do ganho, todas as demoras que o trato mais favorável exigisse, também resistia melhor aos não raros acidentes de uma navegação mercantil cheia de riscos. E conseguiria, por fim, assegurar o abastecimento de géneros da Ásia ao Reino em volume suficiente, de molde a desencorajar a intromissão da concorrência estrangeira ⁹⁴.

À união de cabedais devia acrescer a comunhão de sentimentos. Tal significava, no conceito de Sebastião José, subordinar o tráfego a uma única voz de comando. Esse paradigma organizativo afeiçoava-se às Companhias, «onde os Directores manejam toda a massa e todos os interesses do

⁹³ Sebastião José fustigava os particulares, sobretudo, com a lei do mercado: «como nem podem pagar feitores, e armazens nem podem ter continua, e successivamente dinheiros avançados nos Portos da Azia; vendem, e compram nelles pelos preços que acham quando chegam; e fazem nos mesmos Portos demoras excessivas, cujos gastos vem a encarecer as carregações do seu retorno exorbitantemente. E de tudo rezulta que sendo os mesmos Particullares obrigados a vender na Europa mais caro do que as Companhias, não acharão quem lhes compre; porque ninguem quer comprar por mais os mesmos generos, que pode ter por menos; e virão assim a fatigar se os mesmos Particullares de navegarem ou com perda, ou com pouco e insignificante lucro, que nem baste para enriquecer o Mercador nem para utillizar o Reino». *Vide* Rellação Terceira, § 30, in *loc. cit.*, fls. 40 v. e seg.

⁹⁴ *Vide* Rellação Terceira, §§ 31 a 33, in *loc. cit.*, fl. 41 e v. Não entraremos em outros pormenores acerca destes parágrafos da Rellação Terceira, uma vez que constituem reposições substanciais da carta de 19 de Fevereiro de 1742 (§ 41).

Commercio que se monopoliza»⁹⁵. Um modelo jurídico que virá a merecer a simpatia do governo pombalino. Não se erigiam em alternativa válida os mercadores individuais. O desconcerto das iniciativas provocava geralmente efeitos perniciosos. Ou por muito idênticas, ou por muito intempestivas, as carregações dos particulares atraíam o prejuízo. Daí a reclamada instituição de uma Companhia que, assenhoreando-se do giro mercantil, a um golpe regulador o disciplinasse nos seus diversos aspectos.

Perante o peso da tarefa que a Companhia arcava, a congregação de cabedais e sentimentos mostrava-se insuficiente. Sem contrapartida, as grossas despesas do sustento militar do Estado da Índia iriam exaurir o fundo social. Aspecto que impeliu Sebastião José a entretecer a doutrina compensatória do monopólio à guisa de sedimento daquela estrutura societária. Se, diferentemente, se abrisse o comércio a uma disputa simultânea da Companhia e dos particulares, seria fatal a ruína para todos. Logo atingiriam a primeira acções de barateamento dos géneros praticadas pelos segundos. Os mercadores, nada dispendendo no apoio em armas às possessões portuguesas, podiam fixar preços mais reduzidos. O frequente recurso ao crédito obrigava-os a transaccionar com prontidão. A implicar, de igual modo, a baixa dos géneros⁹⁶. De maneira a retirar mercado à Companhia, também os estrangeiros, nas carregações fraudulentas que conseguissem formar em nome de nacionais colaboradores, não olhariam ao ganho⁹⁷. Ora, já

⁹⁵ Vide Rellação Terceira, § 34, in *loc. cit.*, fl. 41 v.

⁹⁶ Vide Rellação Terceira, §§ 37 a 43, in *loc. cit.*, fls. 42 e seg.

⁹⁷ Como num jogo a prazo em que as perdas momentâneas visavam ganhar um mercado, Sebastião José explicava «que os ditos Estrangeiros, e os seus subrogados para segurarem o ponto, que faz o seu objecto, não só vendem sem ganho pelos diminutos preços, que lhes custam os generos, mas que tão bem vendem com perdas consideraveis, e fortes athe

que a prova de tais actos delituosos surgia difficílissima, restava a entrega do domínio absoluto do tráfego a uma Companhia para os esconjurar ⁹⁸.

O panorama da época forneceu a Sebastião José um novo fôlego argumentativo. Nenhuma das cinco nações ilustres da Europa com interesses no negócio da Ásia, a saber, Inglaterra, Holanda, França, Suécia e Dinamarca, ignorava que o comércio livre se apresentava mais útil ao Estado do que o restrito a uma sociedade monopolista. Ainda assim, porém, todas perceberam a manifesta impossibilidade de o tornarem comum

fazerem cahir o novo Commercio, que se intenta estabelecer: porque estas fortes, e aparentes perdas na reallidade são insignificantes, e são summamente lucrozias para os que as fazem quando se considera: 1.º que a respeito do Commercio da India não pode vir esta machinação se não da parte de huma das Companhias Orientais da Europa, em cujas grandes massas são insignificantes: 2.º que os pretendidos prejudicados nellas não podem perder tanto nas vendas temporaes das mercadorias que barateam por alguns annos, quanto vem a ganhar em comprarem por aquelle diminuto preço a perpetua feira que perderiam para as ditas mercadorias, se o novo Commercio que se procura estabelecer viesse huma vez a ser consolidado: 3.º e em fim que desde que o mesmo Commercio Nacional se acha huma vez invallidado e destruido pelo proprio meyo de tal barateamento os referidos Estrangeiros que o fazem tornam insensivelmente a augmentar pouco a pouco o preço dos generos por elles transportados, e tornam assim a cobrar o perdido com principal e juros». *Vide* Rellação Terceira, § 45, in *loc. cit.*, fl. 43v.

⁹⁸ Apurar a quem pertencia o dinheiro que suportava as carregações fraudulentas não era fácil. Sebastião José não se inclinava para o exame dos livros e papéis dos mercadores, porque isso acarretaria consequências nefastas. Descompunha as casas mercantis, ao manifestar os segredos dos homens de negócio que viviam mais do crédito do que do cabedal. Arruinava o comércio, na medida em que afugentava os mercadores pelo medo das buscas. Ou então, instigava à celebração oculta das convenções simuladas em países estrangeiros. Por tudo e à falta de repressão penal eficaz, Sebastião José continuava a insistir na sociedade monopolista. *Vide* Rellação Terceira, § 46, in *loc. cit.*, fls. 43 v. e seg.

aos seus vassalos. Pelo que o confinaram a cinco Companhias, a cujo favor instituíram outros tantos privilégios exclusivos ⁹⁹. Portugal tinha apenas de estugar o passo nesse mesmo sentido uniforme ¹⁰⁰.

O último fundamento para a concessão do monopólio a uma Companhia nacional encontrava-o Sebastião José na necessidade de não abater à partida a sua *vis* competitiva no despique com as congéneres europeias dotadas de igual benefício ¹⁰¹. Demais a mais, achando-se perfeitamente enraizadas no terreno mercantil, representariam sempre uma oposição poderosa. O parecerista repetia até à exaustão a ausência de alternativa. Permitir que mercados individuais portugueses se lançassem neste cenário de gigantes implicava um esmagamento certo ¹⁰².

⁹⁹ *Vide* Relação Terceira, §§ 47 a 49, in *loc. cit.*, fl. 44 e v.

¹⁰⁰ O paralelo assumia um tom categórico no arrazoado de Sebastião José. No seu juízo, «a uniforme observancia daquellas sinco Nações, em que hoje rezide a principal pericia, e o principal manejo do Commercio da Europa [quanto a mim] bastaria para concluir pela authoridade sem a necessidade de outra razão: por huma parte que não será possível aos Portuguezes o que não foi praticavel nem para os Inglezes, nem para os Hollandezes, nem para os Francezes, nem para os Suecos, nem para os Dinamarquezes: e pela outra parte se estas sinco Nações se utilizam tanto quanto he notorio pelo Commercio das suas Companhias excluzivas, he necessario que a nossa Nação estabeleça outra semelhante Companhia se quer utillizar se». *Vide* Relação Terceira, § 50, in *loc. cit.*, fl. 44v.

¹⁰¹ A Sebastião José afigurava-se evidente fazer-se a Companhia «de Portugal excluziva da mesma sorte que são as outras Companhias estrangeiras pois que de outra sorte não poderia ter a primeira das ditas Companhias a mesma consistencia que tem as segundas e não poderia sustentar se no meyo dellas ...». *Vide* Relação Terceira, § 52, in *fine*, in *loc. cit.*, fl. 45.

¹⁰² Ver IDEM, *ibidem*. Mais adiante, o parecerista concluía: «não pode haver Commercio de Particullares Nacionaes onde os mesmos Particulares hão de concorrer com huma Companhia estrangeira» e «não pode haver

A prática inconcussa dos monarcas estrangeiros acolhia o ponto de vista do diplomata. Os monopólios comunicaram-se a instâncias da experiência ¹⁰³. Entre nós, não se calcorreou trilho diverso. Sebastião José procurou demonstrá-lo, louvando-se num episódio tirado da história portuguesa das Companhias de que habilmente se serviu, em ordem a vincar um contraste. Invocou a sabida propositura de duas Companhias exclusivas ao tempo de D. João IV, às quais se pedia o restauro do Brasil e da Índia. Uma, a que se criara em 1649, segurou o tráfego da América e prestou um auxílio não desvalioso na pugna com os holandeses. A outra, a de há muito baptizada Companhia Oriental, ao nunca passar de um discutido projecto, deixou o comércio da Ásia entregue à livre iniciativa dos particulares. Tiveram estes de concorrer numa situação deveras frágil ante as empresas internacionais. Na circunstância, ainda tentaram os mercadores, como se apressou a reconhecer Sebastião José, a formação de sociedades comerciais de direito privado para o giro da Índia. Mas, sem fundos competentes e despidas de privilégios, não podiam aspirar a um confronto vitorioso. Pior do que isso, na perspectiva do autor. O resultado aproximava-se de um desastre, sobretudo à luz do interesse público com que o encarava. O tráfego fora absorvido pelas Companhias adversárias e as perdas de domínios no Estado da Índia não cessaram ¹⁰⁴. Transitava assim em julgado a sentença monopolista.

Do que se escreveu retira-se que Sebastião José acatava, em abstracto, o princípio da liberdade de comércio, embora

Companhia onde não ha absoluta exclusiva do Commercio dos Particullares». *Vide* Rellação Terceira, § 55, in *loc. cit.*, fl. 45 v.

¹⁰³ Uma cadeia de mútua influência que atingiu, de acordo com Sebastião José, as Companhias da Inglaterra, Holanda, França, Suécia e Dinamarca. *Vide* Rellação Terceira, § 54, in *loc. cit.*, fl. 45 e v.

¹⁰⁴ *Vide* Rellação Terceira, §§ 56 a 58, in *loc. cit.*, fls. 45 v. e seg.

o subjugasse a uma teoria regionalista do monopólio legal, desde que concretas ponderações o aconselhassem. Era o preciso caso do tráfego da Índia que não se mantinha enquanto vago e geral. Como não se ignora, o secretário de Estado Marquês de Pombal descansou muito nos argumentos económicos do diplomata Sebastião José.

Resumo: O estudo em foco procura mostrar o pensamento económico de Sebastião José de Carvalho e Melo na fase diplomática da sua carreira. Assenta na análise de um manuscrito existente no Museu Britânico.

Palavras-chave: Sebastião José, futuro Marquês de Pombal; mercantilismo; companhias de comércio; monopólio; economia portuguesa no século XVIII.

Economic Thought of Sebastião José de Carvalho e Melo, the Diplomat

Abstract: Drawing upon an unpublished manuscript found at the British Museum, the study seeks to show the economic thought of Sebastião José de Carvalho e Melo in the diplomatic phase of his career.

Keywords: Sebastião José de Carvalho e Melo, the future Marquis of Pombal; mercantilism; trade companies; monopoly; 18th century Portuguese economy.

Rui de Figueiredo Marcos

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra